



ÁREA TEMÁTICA: Cidadania, Experimentação e Compromisso Social

Implicações da Economia Popular Solidária como estratégia de Desenvolvimento Local: uma análise das experiências dos empreendimentos solidários na cidade de Salvador–BA e Recife–PE, Brasil

SILVA, Abigail Alcântara

Doutoranda em Sociologia: Programa Pós-colonialismo e Cidadania Global

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós- Graduação da Fundação FORD

abialc19@yahoo.com.br

MORAES, Felipe Machado de

Mestrando em Sociologia: Programa Pós-colonialismo e Cidadania Global

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, e Pós-graduando em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

fmoraes@unicap.br

Resumo

O principal esforço da presente pesquisa será identificar e analisar as ações coletivas, projetos sociais e, principalmente, empreendimentos solidários em que a geração de trabalho e renda, sob a denominação de conceitos e práticas de economia popular solidária, apresenta novas formas de desenvolvimento local alternativo em relações sociais não convencionais aos meios da economia capitalista, quer seja sob a perspectiva de segmentos alternativos de produção coletiva ou pela organização comunitária na cidade de Salvador–BA e Recife–PE, Brasil. Tais empreendimentos, sob a denominação de economia popular solidária, mereceram um estudo mais ampliado e detalhado, principalmente, no que diz respeito à metodologia proposta que adotará a perspectiva pós-colonial para analisar os critérios que inspiram e denominam a economia solidária através dos seus próprios atores sociais. Como conceituar Economia popular solidária na perspectiva do Desenvolvimento Local? Como agir fora dos padrões da economia capitalista estando dentro dela? Estas são algumas das inquietações que motivam a realização da pesquisa, ainda em curso, por considerar a importância destas cidades no nordeste brasileiro, seja pela sua diversidade ambiental, cultural, seja pelas possibilidades de alternativas reais a um modelo de desenvolvimento participativo e mobilizador do potencial local. Deste modo, vamos pontuar, no limite do espaço deste texto uma reflexão em torno do significado e dos indicadores da economia popular solidária para estas cidades e a forma como influenciam o desenvolvimento local situado nesta região historicamente controlada por relações sociais dominantes e conservadoras.

Palavras-chave: Economia Popular Solidária; Desenvolvimento Local; Salvador; Recife





Breve histórico e caracterização

Salvador e Recife são duas cidades que guardam algumas semelhanças quanto à construção de sua “trama-histórica-social-política-cultural”, e se situam com certa hegemonia no espaço do Nordeste do Brasil. As duas, desde os tempos de colônia, eram as principais produtoras da cana-de-açúcar movimentando uma economia fundada no trabalho escravo que ganha relevo no comércio internacional deste produto. O que é específico de uma e de outra parece mínimo frente à riqueza e a diversidade cultural que estas cidades conseguiram produzir ao longo de suas histórias. Os conflitos que emergiram destas relações entre índios, negros e brancos resultaram de um lado num Estado forte, autoritário, mas do outro na formação de numerosas organizações sociais que alimentam ainda hoje os movimentos sociais frente aos espaços de desigualdades que constituíram a sociedade brasileira.

Com fortes contrastes sociais e étnico-raciais, e uma população com mais de um milhão de habitantes, estas cidades revelam suas carências por trabalho, renda, moradia digna, educação e dificuldades em promover ações alternativas de modos de vida distintos ao longo de suas trajetórias.

Esta condição potencializada pelo processo de globalização reforça elementos críticos contra a emancipação social num cenário de primazia do mercado onde a lógica de regulador das relações sociais fomenta mais competições do que solidariedades. Entretanto é neste contexto adverso que as práticas e princípios humanitários para o desenvolvimento emergem através de iniciativas que possibilitam o crescimento da “economia popular solidária”. Estas iniciativas podem ser contabilizadas em diversas comunidades da cidade de Salvador e de Recife desafiando a força dos mercados e a cultura do consumo das marcas.

Em Recife o ponto de partida para análise da ação da economia popular solidária, sua experiência e crescimento, exigirá uma compreensão teórica dos conceitos sem perder de vista os registros e o conhecimento popular nos empreendimentos e redes pesquisadas. Estas demonstram condições e são dotadas de capacidades de instituir novas formas de produção, trabalho e renda, resolvendo problemas sociais de maneira autônoma. Segundo o Atlas Municipal do Desenvolvimento Humano do Recife, “a forte desigualdade social e a grande dimensão da pobreza são as marcas principais da sociedade recifense”. As marcas dessa desigualdade podem ser observadas em micro-regiões diante das análises dos indicadores apresentados. Por exemplo, nos bairros da moderna e cosmopolita Boa Viagem — que abriga uma minoria rica — contrastado com o Coque, o abrigo dos pobres e esquecido pelo Poder Público (Recife, 2005). No entanto, assim como Salvador, o Recife como uma metrópole nordestina, apenas reproduz, à sua escala, o reflexo da realidade que poderíamos ampliar para a realidade da maioria das metrópoles e dos principais centros urbanos do Brasil. Os perfis das áreas urbanas brasileiras, representadas por suas metrópoles, ainda possuem muitos espaços de exclusão social, altos índices de desempregoⁱ e informalidades de produção e de moradias. Na cidade do Recife, de acordo com Bueno, essa informalidade, representada pelas favelas, abriga aproximadamente 46% da população recifense (Bueno *apud* Clichevsky, 2000). O crescimento da informalidade na verdade acompanha o crescimento populacional do Recife que “(...) passa de 500 mil habitantes em 1950 para 1 milhão e 100 mil em 1970 — mais que dobra em duas décadas, chegando a 1,5 milhão em 2000. Ao reproduzir o padrão de desenvolvimento nacional, em que predomina uma industrialização voltada para atender à demanda das classes de mais alta renda — ao mesmo tempo em que a urbanização amplia a oferta de pessoas à procura de emprego nas atividades urbanas — Recife também bloqueia, como em outras cidades” (Araújo; Araújo, 2005).

Essa realidade frente os altos índices de desemprego e, conseqüentemente, a precarização das relações de trabalho produzem uma massa de trabalhadores(as) excluídos(as) do mercado de trabalho tradicional, que diante da necessidade de buscar recursos para sobreviver, encontram nos empreendimentos de economia



solidária diversas alternativas a partir da geração de trabalho e renda. Nos últimos anos, observa-se o crescente movimento e ampliação das práticas da economia solidária na cidade do Recife impulsionada não apenas pelas organizações coletivas e populares em muitas das suas comunidades como principalmente a partir da criação de políticas públicas para economia solidária. No Recife, a Diretoria do Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária vinculada a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento, a partir da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), tem enfatizado o objetivo de estimular e apoiar a Economia Popular e Solidária no processo de Organização Econômica e Política dos Empreendimentos Coletivos, fomentando: Formação, Crédito, Comercialização, Redes locais e/ou Setoriais, Arranjo/Cadeias Produtivas, na perspectiva de desenvolvimento local. A partir desses projetos, vale perceber que o acompanhamento e incentivo de tais políticas públicas, do ponto de vista do fomento do desenvolvimento local, promovem espaços democráticos e solidários resultando em novas formas de produção que transformam o enfoque nas relações de trabalho.

Trata-se de captar o conteúdo, os múltiplos conceitos, as formas, as experiências e práticas de economia popular solidária hoje atuante na cidade do Recife, contra o caráter de informalidade, que se transformam em ações, projetos, grupos, associações, cooperativas, redes concretas de atores coletivos consensualizados pela necessidade de enfrentar a pobreza através de projetos de desenvolvimento local e reconhecimento de uma identidade cultural comunitária dentro do espaço urbano.

Em Salvador, conforme referencia anterior este cenário é comum em muitos aspectos. Uma cidade com 2 milhões de habitantes cerca de 1/3 terço da população reside em Alagados e Subúrbio Ferroviário e qualquer observação sobre a cidade não pode prescindir de um olhar cuidadoso sobre esta localidade. É importante fazer referencia a esta área da cidade por se tratar de uma comunidade com uma trajetória de lutas pela conquista do espaço e consolidação da moradia desde a década de 70, que se destaca pela vocação em organizar-se de formas distintas para garantir direitos coletivos.

“Nós construímos o bairro que moramos sem a ajuda do governo.[...] [...] Era tudo maré, lama e palafitas, a gente levou mais de um ano para botar em ponto de terreno [...] Na verdade fomos nós que realmente resolvemos nossos problemas, sem a participação do governo. Aterramos e tivemos uma participação grande na construção do bairro. Tudo que aconteceu aqui teve a participação dos moradores. (SILVA, 2002: 91-93, apud Vivaldina, moradora local)

Destas iniciativas ao longo da existência desta comunidade prosperam diversos grupos construídos por homens e mulheres, jovens e adultos de maioria negra articulados e mobilizados em torno de um projeto de desenvolvimento local distinto do modelo das agências financeiras internacional. Entre estas organizações há um numero expressivo de escolas comunitárias, creches, clubes de mães, cooperativas, associações de moradores, distintos grupos culturais, ambientalistas, de jovens e mulheres. Estes atores coletivos articulados na montagem de estratégias de sobrevivência social e econômica e na luta pela igualdade racial fazem a diferença no movimento social da cidade. Esta dinâmica representa o exercício de cidadania desta comunidade que tem como uma dos resultados mais importante a realização de um fórumⁱⁱ local que acontece a cada ano completando em 2008 sua décima versão. O Fórum é organizado a partir da construção da CAMMPIⁱⁱⁱ, uma rede com uma composição diversificada de organizações comunitárias na área com a maioria destas orientadas pelas mulheres. Entre estas organizações é bom destacar a existência de grupos produtivos, banco popular, cooperativas, escolas comunitárias e associações profissionais como elementos chave da economia solidária. Estas organizações que se articulam na perspectiva do desenvolvimento sustentável da Península de Itapagipe^{iv}, pode influenciar positivamente o Subúrbio Ferroviário no seu conjunto, mas sobretudo a cidade de Salvador pela forma como articula a mobilização social, incorporando organizações privadas e publicas. Em consequência surge um cenário de maior participação revelando uma pratica de fazer política, de forma política, para além do “toma lá da cá” muito comum nas periferias da cidade^v e que tem a ver com algumas conquistas recentes do movimento negro e do movimento de mulheres na cidade. Primeiro porque as políticas públicas para igualdade racial e



de gênero fomentando inclusão e capacitações são conquistas que mudam a posição desses sujeitos nos modelos alternativos de desenvolvimento. Segundo a eleição de um governo de origem popular no Estado, historicamente controlado pelas forças conservadoras possibilitando um certo diálogo com o poder, favoreceu algumas ações dos movimentos negro e de mulheres dando uma nova configuração ao cenário político e econômico da cidade, embora ainda restrito. (<http://www.comciencia.br>)

Economia solidária desenhando horizontes para o desenvolvimento local

Com este argumento eu quero enfatizar o componente político do desenvolvimento e interrogar sobre a incapacidade das nações de reagir à lógica da dominação ocidental quando incorporam de forma mecânica seus modelos seguido de destruição ambiental e cultural, anulação de processos democráticos, além da submissão dos interesses nacionais num contexto interno tantas vezes próspero de criatividade, de possibilidades, iniciativas populares e recursos naturais. A economia solidária tem neste contexto terreno fértil para sua dinâmica de desenvolvimento, sobretudo se alinhada a um projeto político de valorização da cultura local, para a construção de novas relações sociais em que o ser humano seja o elemento principal.

Para Paulo César Carbonari, “o conceito de *economia popular solidária* introduz uma novidade na compreensão da economia e outra na compreensão da política (...). Entender popular no sentido substantivo de uma economia centrada na busca de condições de satisfação das necessidades – sempre novas – dos seres humanos, na perspectiva do bem viver de todos e para todos. A serviço, portanto, do homem – invertendo a lógica fetichista da economia capitalista”. (Carbonari, 1999).

O caráter popular atrelado aos conceitos e princípios da economia solidária diz respeito “ao segmento de base do conjunto da economia; é aquela que atende às demandas imediatas da população” (Aroyo; Schuch, 2006:20). Em Recife e Salvador, assim como em outros estados do Brasil^{vi} essa economia que ganha uma conotação da busca pela satisfação das necessidades, ganha uma intervenção popular propositiva, de modo a reconhecer que tais movimentações solidárias emanam do povo, da população desassistida, na urgente tarefa e necessidade de produzir diferente para viver melhor fora dos padrões capitalistas onde não se sentem contempladas por um sistema cada vez mais excludente. O contexto pelo qual a economia solidária ganha um aspecto popular é no sentido de que esta população tem conhecimento e capacidade de construir ou reinventar *uma outra economia*. Um modo distinto de produzir que possa intervir na edição de políticas públicas e com isto garantir outras formas de geração de trabalho e renda que respeitem os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais do local de pertencimento. Isto certamente produzirá espaços de reprodução da vida dos trabalhadores de não violência e de formas inovadoras de emancipação social.

As análises frente à realidade dos empreendimentos estudados tanto na cidade de Salvador quanto no Recife, revelam uma realidade de urgente emergência para as práticas populares que se desenvolvem de forma localizada em busca de *uma outra economia* a partir da realidade das lutas e identidades locais. Nas últimas duas décadas, muitos movimentos e pastorais sociais, ONG's e projetos de extensão universitárias iniciaram um debate teórico de grande importância para a ampliação dos conceitos e práticas com as quais hoje se reconhece o crescimento e as possibilidades dos empreendimentos de economia solidária no nordeste do Brasil. Entre os muitos atores políticos e sociais, os trabalhos do Professor Paul Singer destaca-se, após a compreensão de uma realidade de pobreza e, sobretudo no esforço de encontrar sistemas alternativos de produção que viesse a resistir às formas hegemônicas capitalistas. Independente de serem empreendimentos formais ou informais, Singer propõe a caracterização dos empreendimentos solidários a partir da autogestão onde através da socialização dos meios de produção e distribuição nascem cada vez mais experiências solidárias sob a forma de cooperativas de produção, consumo, comercialização,



crédito, associações comunitárias, empreendimentos incubados, etc. Seguindo os princípios de autogestão e de cooperação, o capital da empresa (solidária), em especial os meios de produção, são propriedades dos próprios trabalhadores, que gerenciam e administram o empreendimento com democracia e igualdade de direitos na tomada de decisões. (FERREIRA; BERTUCCI, 2005). Por sua vez, Coraggio propõe e desenvolve a idéia do fortalecimento de um outro subsistema, que denomina *Economia Popular*. Regida pela lógica da *reprodução ampliada da ida*, e partindo das Unidades Domésticas (UD's), esse subsistema poderia se articular e ganhar espaço, em meio aos outros dois subsistemas da organização econômica atual: a *Economia Empresarial Capitalista* e a *Economia Pública*. Nessa linha, a *Economia Popular* não seria definida simplesmente como 'as atividades das classes mais pobres', mas se caracterizaria pela formação de um *Fundo de Trabalho* voltado para a ampliação das capacidades (Capital Humano) e da qualidade de vida dos membros das UD's. (idem).

É neste sentido que a economia popular solidária pode romper com a estrutura dominante e se transformar num instrumento estruturante do desenvolvimento local sendo mais do que uma contribuição, mais um projeto alternativo ao modelo hegemônico. A economia solidária no Brasil reflete a dinâmica do surgimento das Associações de Auxílio Mútuo criada pela população negra com o objetivo de assegurar a sobrevivência das famílias de assalariados pobres, minimizar as necessidades no campo econômico e cultural promovendo acesso a bibliotecas, a construção de casas, orfanatos e abrigos. (SILVA, 2001). São ações que demonstram a ingerência de todos em um processo de decisão pela melhoria da condição de vida da comunidade que inclui, no caso de Salvador e Recife suas representações, considerando sua cultura, identidade e diferenças que Paulo Freire destaca no processo de uma educação libertaria.

Gleyse define o desenvolvimento local, de forma genérica, como "o processo que reúne crescimento econômico com redistribuição e melhoria da qualidade de vida da comunidade a que se refere". (Gleyse. 2000 p.15)

Sem contradição a esta lógica, mas focalizando as subjetividades do processo que faz a diferença ao modelo hegemônico, o desenvolvimento local pressupõe a valorização de raízes culturais. Nelas estão impressas iniciativas solidárias no sentido da cooperação, associação, troca, compreensão, mutualidade, reciprocidade e a idéia de conjunto, uma relação comunitária que só o espaço, o local é capaz de proporcionar de forma apropriada, singular à dinâmica da "trama-historica-cultural-social-politica" que resultaram destas experiências.(FREIRE, 1992). Estas dimensões são geralmente menos contempladas diante da relevância dada ao econômico, ou pelas diferentes concepções que o termo adquire, que por falta de espaço não serão aqui exploradas satisfatoriamente.

A solidariedade assume varias formas no contexto histórico de cada comunidade, sustentando um significado comum, que nada parece com a ajuda proposta pelos países desenvolvidos as nações consideradas por eles como pobres. Esta ajuda na direção Norte para Sul tem a dimensão da exploração na medida que por esta via se apropriam das riquezas "do outro" e o submete a subalternidade. (MACAMO, 2005).. O conceito de desenvolvimento nessa visão hegemônica descarta o contexto histórico-cultural e a ordem social. A prioridade ao setor e ao crescimento econômico abstrai as subjetividades da formação social onde tudo tem um valor no mercado, inclusive as solidariedades. Milton Santos (1979) observa que depois do Consenso de Washington, categorias importantes para compreensão e discussão da dependência são tratadas como apêndice da ciência. O termo desenvolvimento na matriz do sistema neoliberal implica hierarquia de valor e dicotomias — rico e pobre, avançado e atrasado, inclusão e exclusão, desvalorização e destruição de outras culturas — que se explicam na imposição das monoculturas da produção e da prática da não existência do "outro" discutidas por Boaventura de Sousa Santos (2006)

Ainda hoje, com base nos empreendimentos de economia solidária analisada tanto em Recife quanto em Salvador, se reconhece a partir das observações de Guéye (2003) que os espaços em que se desenvolve a economia solidária entre as principais cidades do nordeste do Brasil ainda é comum assimilar tais praticas coletivas "como a economia do 'se virar', e da pobreza, sem considerar que esse boom econômico passou a



representar um modelo econômico para a maioria dos grupos sociais que vivem à margem do sistema. A questão fundamental está na fraqueza do Estado e na ausência efetiva de apoio a essa economia no espaço público. Contudo, a exclusão de uma parcela significativa da população dos mercados formais em muitos lugares, e a migração internacional, deram mais vigor e dinamismo à economia popular que se define também em termos de redes cada vez mais transnacionais”.

Conclusão

Apesar da implantação de políticas públicas, desde o surgimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), observando as experiências dos empreendimentos econômicos solidários em Salvador e Recife, podemos concluir que será difícil transformar a realidade de exclusão e desemprego na esperança de que os governos locais construam e se desenvolvam a partir da economia solidária. Em outras palavras, por mais importante que seja o incentivo do Estado frente ao crescimento da Economia Solidária no Nordeste do Brasil, quem constrói esse emergente cenário de emancipação social são os próprios atores da sociedade. Entretanto as novas relações que se constroem neste contexto, elas próprias não podem prescindir de recriar-se numa dinâmica de fortalecer a solidariedade política, social e econômica, em um ambiente farto de contradições, a começar pelo Estado. Este é o grande desafio considerando o modelo de racionalidade ocidental e o Estado como um instrumento fundamental na alocação e distribuição de recursos que podem dinamizar esta economia está vulnerável à imposição das políticas neoliberais alimentadas pelas monoculturas do saber, da produção, do tempo, do espaço. As monoculturas representam uma contra posição as alternativas e suas possibilidades nos diversos campos de desenvolvimento da humanidade, por que o lucro financeiro é a única meta a ser atingida e não os sujeitos, as mulheres e os homens que emergem destas relações solidárias. Portanto a dinâmica da economia solidária é um movimento novo, vibrante, apesar de sua história remota porque se rearticula numa realidade de dependência e de contração dentro do modelo hegemônico muito mais forte e regulador do que nos primórdios do capitalismo. Isso demonstra sua capacidade de se reinventar. A economia solidária é uma resposta forte à globalização porque possibilita a incorporação da diversidade das ecologias, sobretudo, do saber e da produção e não fomenta hierarquias de valor.

Em meio à realização da presente pesquisa, podemos observar que as implicações da Economia Popular Solidária, diante do comportamento das organizações nos empreendimentos estudados tanto em Salvador como no Recife enquanto prática social, revelam projetos alternativos que dinamizam o processo de desenvolvimento local. E mais ainda, é uma promessa que pode transformar as formas de trabalho convencionais proporcionando uma relação econômica e popular de construção da emancipação social entre atores e empreendimentos.

Notas e referências bibliográficas

Este artigo faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo sobre a economia solidária como estratégia do desenvolvimento local.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de; ARAÚJO, Tarcísio Patrício de. (2005) RECIFE: DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE. Prefeitura da Cidade do Recife. Desenvolvimento Humano no Recife: atlas municipal. Recife, 2005. CD-Rom.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. (2006). Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. 1ª Ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo (Coleção Brasil Urgente). P. 111.



ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil. 2ª ed. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2000.

BUENO, L. M. de M. (2000). *Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização*. Tese de Doutorado. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2000.

CARBONARI, Paulo César. (1999) ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: Possibilidades e Limites. *Seminário Regional Passo Fundo de Trabalho e Economia Popular e Solidária*. Passo Fundo, 1999 (Versão preliminar). Disponível em: <http://www.ifil.org/racs/biblioteca/Carbonari.htm>. Acessado em 14/08/2007.

CARVALHO, Inaiá Maria M e PEREIRA, Giberto Corso. Como anda Salvador e sua Região Metroplotana. Edulfa, Salvador. 2006

CLICHEVSKY, N. (2000). *Informalidad y segregación urbana en América Latina: una aproximación*. Santiago do Chile, Cepal/Eclac División de Medio Ambiente y Assentamientos Humanos, Série Medio Ambiente y Desarrollo, n.28, out. de 2000.

ESPÍRITO SANTO, Maria Teresa Gomes. O arquiteto e a produção da habitação social em Salvador 1965/1998. NUNES, Débora (org.). In: Salvador: o arquiteto e a cidade informal.

FERREIRA, Cândido Guerra; BERTUCCI, Jonas de Oliveira. (2005) A economia popular solidária em Belo Horizonte: um estudo exploratório - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. Ed. Paz e Terra, 10ª ed. 2003.

GUÉYE, Cheikh (2003). *Economia Solidária: desafios para um novo tempo* / Fundação Luís Eduardo Magalhães. - Salvador: FLEM, 2003. 132p. (Cadernos FLEM, 5).

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros**. Dados do censo 2000. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/>> Acessado em 27 de dezembro de 2004.

MACAMO, Elisio (2005), *O abecedário da nossa dependência*. Maputo: Ndjira.

RECIFE. Prefeitura et al. *Desenvolvimento Humano no Recife: atlas municipal*. Recife, 2005. CD-Rom.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777-821.



SANTOS, Milton. *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SILVA, Abigail Alcântara. *Eu Nasci Aqui na Maré: a luta pela moradia e consolidação do espaço em Alagados*. Dissertação (Mestrado). UFBA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2002.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. *Siyavuma Uma Visão Africana do Mundo*. Salvador: Ed. Autora, 2006.

INICIE AQUI O TEXTO DA SUA COMUNICAÇÃO. NÃO DEIXE DE CONSULTAR AS INSTRUÇÕES AOS AUTORES, DISPONIBILIZADAS EM FICHEIRO AUTÓNOMO.

ⁱ De acordo com o quadro de desemprego no Brasil, na região metropolitana de algumas de suas capitais, observamos que de acordo com os dados coletados pela PED-IBGE (Pesquisa de Emprego e Desemprego), a região metropolitana do Recife possui a 21,9% de sua população economicamente ativa desempregada (dados para novembro de 2005); na região metropolitana de São Paulo possui 16,4% (dados para novembro de 2005); na região metropolitana de Porto Alegre, os índices de desemprego correspondem a 14,6% (novembro de 2005); na região metropolitana de Belo Horizonte a 15,7% (novembro de 2005); no Distrito Federal, a 18,4% (novembro de 2005) e na região metropolitana de Salvador, ainda há o maior índice de desemprego, em torno de 22,8% (novembro de 2005).

ⁱⁱ Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Península de Itapagipe. Dados de 2001 registram 98 organizações na Península de Itapagipe.

ⁱⁱⁱ A rede CAMMP: Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe agrega 50 entidades comunitárias. Entre elas estão as diversas associações de A Rede CAMMPI: Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe agrega 50 entidades comunitárias. Entre elas estão as diversas associações de moradores, grupos produtivos, escolas comunitárias, cooperativas, creches, grupos culturais, centros religiosos e clubes de mães. www.cammpi.org.br.

^{iv} Península de Itapagipe: região da cidade baixa, composta por 14 bairros é uma área que faz ligação com o Subúrbio Ferroviário de Salvador.

^v Uma expressão que designa uma prática de favoritismo político no Brasil, em que o voto é trocado por algum benefício imediato.

^{vi} Especificamente no estado de Minas Gerais e nos estados que compõem a região Nordeste.